

Daniel Raizman



Questão de Justiça

raizman@freixinho.adv.br

O bicho pegou

No mês passado começou um pesadelo para o senador Demóstenes Torres (DEM-GO). Segundo informações da imprensa, teria colocado o mandato e o prestígio de parlamentar a serviço de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso por chefiar a exploração ilegal de caça-níqueis e outros jogos em Goiás. Seguindo as informações da imprensa, que datam de 2009 e 2011, Demóstenes teria solicitado o pagamento de despesas; tentado interferir em um processo judicial; realizado lobby pela legalização dos jogos de azar no Congresso Nacional; e até se informado sobre “nebulosos” negócios na Infraero no período em que a estatal estava sob o comando do brigadeiro José Carlos Pereira.

A discussão a respeito da legalização da prática dos jogos de azar é antiga. A proibição de jogos de azar foi concretizada por meio do Decreto-Lei nº 9.125, de 30 de abril de 1946. Sem embargo, a Lei 8672/93 (Lei Zico) e o Decreto 981 de 11 de novembro de 1993 autorizaram o funcionamento de bingos e similares, bem como a Lei 9615/98 (Lei Pelé). O Decreto 3214 de 21/10/99 autorizou a instalação de máquinas, e essa permissão se manteve com limitações até o 20 de fevereiro de 2004, quando começou vigorar a Medida Provisória que proibiu os jogos de azar, porém respeitando as licenças já concedidas.

Em setembro do ano passado o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, defendeu a legalização dos jogos de azar, no entendimento de que seria uma forma de aumentar a fonte de arrecadação para vários setores, inclusive a saúde pública. Essa tese, que chegou a ser discutida em reunião de líderes de partidos aliados, foi descartada pelo governo, pois segundo a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, “da parte do governo, não há qualquer apoio a jogos”.

Desta breve resenha cabe observar que a regulamentação do jogo de azar teve participação ativa do Congresso Nacional, em ocasiões a favor em outras contra. Afinal de contas é o Congresso o espaço onde – pelo menos em tese – o povo, por meio dos seus representantes, debate o que é bom ou ruim para todos. Assim não deve chamar a atenção se da mesma forma que do setor do agro, construção e outros ramos, empresários vinculados à indústria do jogo procuram canalizar propostas que favoreçam os seus interesses.

O jogo não pode ser visto só desde a perspectiva do “jogo do bicho” e os “bicheiros”, pois os bingos e demais atividades afins tem aberto um amplo espaço de oportunidades para empreendimentos de empresários oriundos de diversos setores, que observaram nessa atividade um nicho importante para a realização de negócios, ao tempo em que foram oferecidas inúmeras vagas de emprego à população.

O cargo de senador é obtido mediante eleição popular em um processo eleitoral no qual interatuam diversos grupos de interesse, de ordinário, financiando a campanha do candidato. O senador reflete um segmento da população, seja pelo financiamento recebido, ou pelo tipo de discurso que realiza. Desde esta perspectiva o financiamento das atividades de um senador não deveria ser objeto de questionamento, a menos que, claro está, tenha a sua origem em atividades ilícitas.

Com relação às propostas, cabe observar que o senador tem legitimidade para propor mudanças na legislação, no que aqui interessa na definição do que pode ou não ser considerado ilícito, como, por exemplo, com relação à prática de jogos de azar. Cabe lembrar que o crime é uma construção política que surge de uma decisão a respeito do que deve ou não ser proibido e do que deve ou não ser punido.

Por outra parte, não deveria chamar a atenção o oferecimento de informações a respeito da atividade legislativa, uma vez que a mesma é pública e deveria ser acessível a todos. Mais delicada tem sido a atuação do senador no âmbito judiciário; embora, o desembargador esclareceu que aquele se limitou a fazer o que os advogados em geral fazem, isto é: pedir mais atenção no julgamento; ou seja, nada demais. Finalmente, os contatos na Infraero se limitaram a obter informações a respeito de contratos de informática, que se realizam mediante licitações. Também nada de mais.

O jogo do bicho; melhor os bicheiros, hoje são apresentados socialmente como demônios, sendo discriminados não só os próprios senão também suas famílias e todo o seu círculo de relações. O mesmo já foi vivenciado com o tráfico, e antes com os subversivos, terroristas, comunistas, hereges etc.. Trata-se, pois, da construção simbólica de um inimigo, ao qual os agentes do estado, tentam atribuir responsabilidade pelos males sociais e para quem a proposta é a exclusão social; o estigma é distribuído de forma seletiva e em função das necessidades políticas.

O senador ficou em apuros: algo lhe fez perder sua proteção política para que fatos de um a dois anos atrás sejam lembrados hoje. Assim não cabe cair na confusão apresentada: a construção social da realidade tem aproveitado os inimigos de plantão para legitimar a queda de alguém que até agora o seu passado e suas amizades não lhe traziam problemas.

A construção social da realidade tem aproveitado os inimigos de plantão para legitimar a queda de alguém que, até agora, o passado e amizades não lhe traziam problemas